

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional
Curso de Psicologia



Trabalho de Conclusão de Curso

Parentalização na infância: gênero e psicanálise

Roberta Duarte da Luz

Pelotas, 2023

Roberta Duarte da Luz

Parentalização na infância: gênero e psicanálise

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Pelotas como requisito básico para a conclusão do Curso de Psicologia

Orientadora:

Prof^a Dr^a Camila Peixoto Farias

Pelotas, 2023

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

L979p Luz, Roberta Duarte da

Parentalização na infância : gênero e psicanálise /
Roberta Duarte da Luz ; Camila Peixoto Farias, orientadora.
— Pelotas, 2023.

23 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Psicologia) — Faculdade de Medicina, Universidade Federal
de Pelotas, 2023.

1. Psicologia . 2. Psicanálise. 3. Gênero. 4.
Parentalização infantil. 5. Amadurecimento precoce. I.
Farias, Camila Peixoto, orient. II. Título.

CDD : 150

Parentalização na infância: gênero e psicanálise

Resumo: O presente trabalho se propõe a investigar o processo de parentalização infantil e seus possíveis desdobramentos psíquicos, buscando compreender de que forma ele se articula à ideia de *dispositivo materno* no que se refere à dimensão do cuidado. Para isso, parte-se da análise de algumas repercussões da ausência de cuidado no processo de constituição psíquica, apontando para a dimensão traumática dessa experiência, além de refletir sobre a influência das lógicas que operam socialmente na relação entre a criança e seu meio. Por fim, busca-se apontar de que forma a perspectiva de gênero pode estar relacionada ao processo de parentalização, tendo em vista a atribuição do cuidado à figura da mulher e a exigência do amadurecimento prematuro às meninas.

Palavras-chave: psicanálise; parentalização infantil; amadurecimento precoce; constituição psíquica; gênero.

A descoberta do início: revisitando infâncias

“Quando eu era pequena, eu já era grande.

Em algum lugar daquele corpinho pequeno já morava alguém que precisava ser maior do que era.

E assim foi sendo.

E você sabe: criança quando é grande, madura, agrada que é uma beleza! É que o bichinho não dá trabalho, não exige muito, se acostuma logo, se adapta. Aprende a se acalmar, aprende a se cuidar do que jeito que dá. Alcança até uma certa autonomia, curiosa e bonitinha de se ver.

Mas é aquela velha história: pesa os ombros ser grande quando não se tem, ainda, o esqueleto firme para sustentar a vida.

O resultado é dor nas costas, a solidão crônica, a dificuldade de pedir ajuda (...) Quando se cresce rápido demais, precisa-se de tempo para voltar atrás e reaprender o que ficou pendente: a fluidez da vida, a leveza, a espontaneidade e a ingenuidade bonita que as crianças tem de se mostrarem para o mundo, sem medo.

Eu já era grande desde pequena e, por isso, nos meus aniversários, o pedido ao apagar as velas é sempre o mesmo: (...) que não me falte tempo (e oportunidade) de ser pequena em algum lugar.”

Marina Reigado¹

A construção dessa pesquisa se entrelaça com meu próprio processo de descobertas pessoais e na academia. Nunca havia tido muita proximidade com crianças ou qualquer preferência por essa fase da vida em detrimento de outras. No entanto, desde o início da graduação, quando estudava o desenvolvimento humano, me pareceu muito interessante a complexidade de algumas experiências na infância que impactariam na vida adulta. A partir daí, tive contato com o pensamento de Winnicott e outros autores que despertaram um interesse genuíno em compreender a relação entre o bebê e seu ambiente. Logo, outros temas foram surgindo nesse percurso até que através de Alice Miller (1994), em “o drama da criança bem dotada”, comecei a descobrir algumas das possíveis repercussões que a ausência de um cuidado *suficientemente bom* na infância pode ter, assim como os custos do amadurecimento precoce.

¹ Disponível em <https://www.instagram.com/p/CP1WgvAND3O/?igshid=NTc4MTlwNjQ2YQ==>. Texto publicado em junho de 2021.

No entanto, foi somente mais tarde que a temática da parentalização infantil emergiu como ponto de encontro entre meus muitos temas de interesse por meio de um artigo de Mello, Féres-Carneiro e Magalhães (2015a) denominado “das demandas ao dom: as crianças pais de seus pais”. A partir daí comecei a busca por compreender o processo de maturação através do exercício da parentalidade, assim como seus impactos na saúde psíquica da criança e na vida adulta. Contudo, por mais que fizesse muitas pesquisas sobre o tema, encontrei pouca literatura atual disponível no campo da Psicologia. Além disso, tendo em vista que minha trajetória de vida e universitária sempre esteve ligada aos estudos de gênero, percebi que a maior parte dos trabalhos acerca da inversão geracional não se propunham a investigar em que medida esse processo pode estar relacionado a uma perspectiva de gênero.

Em contrapartida, tanto nas minhas relações mais próximas, quanto nas vivências dos estágios, me deparei com diversos relatos que atribuíam a meninas a existência de um instinto materno envolvendo o cuidado com o outro em um lugar de sacrifício de si, tal como a maternidade é concebida atualmente em nossa sociedade. Essa ideia de que meninas estão mais aptas para exercer a função de cuidar vai sendo engendrada desde os momentos iniciais do bebê e vai aos poucos sendo tão naturalizada que não raro percebemos serem as mulheres as que mais cuidam de seus pais na velhice ou de familiares em geral. Soma-se a isso a crença na suposta tendência para o amadurecimento mais veloz nas meninas, que são levadas prematuramente a reproduzir inúmeros comportamentos de mulheres adultas, sacrificando suas infâncias.

Desse modo, pretendemos aqui nos debruçar sobre algumas das repercussões da parentalização infantil sob a luz da psicanálise e de que forma esse processo se relaciona com o amadurecimento precoce, bem como sua proximidade com a perspectiva de gênero. No intuito de trazer à tona a dimensão da vivência real de muitas mulheres brasileiras, optamos por adentrar a teoria a partir de uma narrativa ficcional tecida através de inúmeras referências de pessoas reais, da literatura e de aspectos da vida da própria autora. Esse caminho se baseia na escolha do método psicanalítico como norteador deste trabalho, no qual é indispensável a presença do psicanalista que se permite afetar por suas experiências no processo de pesquisa, estreitando os laços entre

“pesquisador” e “referencial teórico” (FIGUEIREDO; MINERBO, 2006). Desse modo, buscamos nos utilizar da escrita afetiva como ferramenta para tornar a razão mais humana, como defendido por Lélia Gonzalez (2020) ao dizer que:

Para nós, é importante ressaltar que emoção, subjetividade e outras atribuições dadas ao nosso discurso não implicam uma renúncia à razão, mas, ao contrário, são um modo de torná-la mais concreta, mais humana e menos abstrata (...). Trata-se, no nosso caso, de uma outra razão (GONZALEZ, 2020, p. 44).

Além disso, se faz necessário marcar o lugar do qual se pesquisa, assim como proposto por Haraway (2009) ao indicar a importância de localizar os saberes, tendo em vista o caráter invariavelmente parcial de qualquer produção científica. Haraway (2009) e Zanello (2018) nos auxiliam a pensar a necessidade de apontar a quem nos referimos quando discorremos sobre a experiência de meninas e mulheres, uma vez que “Mulher” não se trata de uma categoria universal, assim como ser criança também não. Desse modo, enfatizamos que a concepção de “*dispositivo materno*” está relacionada principalmente à experiência de mulheres cisgênero e se manifesta de maneiras diferentes de acordo com a raça e classe social (HARAWAY, 2009; ZANELLO, 2018).

Nesse sentido, as análises elaboradas aqui estão permeadas pelo olhar subjetivo da pesquisadora e, por essa razão, não pretendemos apontar qualquer relação generalista de causa e efeito ou transpor as análises realizadas em um contexto específico a outras realidades, uma vez que as interpretações construídas estão sempre relacionadas ao processo e a quem as produziu (FIGUEIREDO; MINERBO, 2006).

Maria e a perda de si

Chamava-se Maria. Seu nome, embora escolhido pela beleza simples que carrega em sua sonoridade, traz em si a bagagem de muitas histórias de mulheres outras que foram reduzidas a sina do nome, na história e na vida. Maria é mais que um nome, é como se chamam muitas mulheres fadadas ao ato de cuidar como única possibilidade de existência. Maria é quase uma entidade em si em um país marcado por influências religiosas do cristianismo, no qual Maria é ninguém menos que a mãe de Jesus, e ninguém mais também, já que sua identidade é construída em função disso. Maria é o arquétipo supremo da

maternidade abnegada e santificada. Essa imagem é tão forte que é representada de várias maneiras, como na música de Milton, em que “Maria é um dom, uma certa magia... é a dose mais forte e lenta de uma gente que ri quando deve chorar e não vive, apenas aguenta”.

Tal qual as muitas Marias brasileiras, assim era também a nossa Maria, uma mulher que “aguenta”, mas não “vive”. Era uma moça jovem, mas com muita bagagem nas costas. Falava bem baixinho. Acostumada que era de não ser escutada, parece que tinha desistido da voz. Tinha também os ombros curvados, como se a vida a envergasse com tanto peso. Era mãe solo de um filho seu, de sua mãe e de um irmão mais novo. Sua mãe, também Maria, precisou trabalhar muito para poder sustentar seus dois filhos e passava a maior parte do tempo fora de casa. Quando voltava, trazia consigo uma porção de tristezas que compartilhava com a filha para escoar a brasa da humilhação que lhe queimava o peito. Por isso, a nossa Maria teve que aprender a se cuidar sozinha para sobreviver. Maria aprendeu a se lavar, lavar a casa e os pratos, aprendeu a cozinhar, a cuidar do irmão, aprendeu também que não havia espaço para queixas, já que sua mãe também sofria e, assim, foi aprendendo a se calar, a suportar, a não pedir ajuda e a não sentir. Na verdade, sequer havia aprendido a sentir a dor que não percebia, afinal, ninguém sabe que sente dor pela falta de uma coisa que não sabe que existe. Mas, apesar de tudo, Maria ainda sonhava. Carregava em segredo o sonho de ser professora e, assim que pôde, com seu filho já maiorzinho, foi fazer faculdade. Escolheu um curso à distância que era o possível, uma vez que se dividia entre seu trabalho, o cuidado do filho, da casa e de sua mãe agora idosa. Mas Maria também cansava e cansava muito. Foi assim que a conheci: mergulhada em um intenso cansaço, quase mortificada. Era tanto cansaço que mais parecia um cansaço da vida.

Aos poucos, fomos percorrendo diferentes tempos e memórias de vida, mas parecia que o afeto escapava por entre os dedos para algum lugar desconhecido. Maria falava de suas experiências como quem conta de uma amenidade qualquer do dia. Às vezes, parecia que alguma coisa se aproximava, como cócegas de algum sentimento esquecido em algum canto. Nesses momentos, sentia Maria recuar acuada, como um bichinho ferido e frágil. Foi um longo percurso de aberturas e recusas. Mas, com o tempo, muita coisa foi

surgindo. As narrativas do cotidiano, quase repassando a agenda dos dias, começaram a encontrar fissuras por onde escapavam fragmentos de infância. Parecia que Maria-criança ainda estava perdida num canto da vida, aguardando um espaço para sentir e elaborar o que não pôde, mas que volta e meia dava um salto no tempo, alcançando a Maria-adulta e juntas reviviam sentimentos antigos vivenciados em novas circunstâncias, no corpo, nas relações e também comigo.

Maria era repleta de dores: tinha dores nas costas, nos ombros, na cabeça, na alma. Essas últimas foram sendo contadas devagar, na medida em que íamos avançando no contato. Queixava-se do cansaço e da rotina intensa, em que precisava dividir sua atenção entre o trabalho e a família: mais do que fazer o trabalho doméstico, ela era o único suporte emocional da família - um trabalho invisível, mas que lhe sugava a energia pouco a pouco. Sua mãe, uma mulher muito sofrida, tinha tido uma infância difícil, tinha dificuldade nas relações que estabelecia e não tinha alguém com quem pudesse dividir suas angústias. Maria foi seus ouvidos atentos desde que se entendia por gente, era sua confidente e apoio com o afeto sincero que entregava à mãe. Depois, veio o irmão, que ficava sob sua responsabilidade quando a mãe trabalhava e de quem foi verdadeiramente a mãe até que ele fosse buscar seu caminho mundo à fora. De seu pai, nunca teve notícias, desapareceu assim que soube que teria uma filha. Esse foi o primeiro abandono sofrido por Maria: adentrou o mundo com a recusa do cuidado paterno. Maria foi muitas coisas, menos filha de alguém. Ela nasceu de pessoas, mas não foi acolhida como alguém que seria amparada. Ela aprendeu a cuidar, mas não recebeu cuidado, não teve acolhimento ou alguém que pensasse nas suas necessidades de pequena, serzinho que precisa de amparo para sobreviver à complexidade da vida - essa coisa que tanto oferece presentes, como também pode ser esmagadora. E para Maria, a vida era um peso que quase a esmagava. Aprendeu que diante da necessidade e da dureza do mundo, só tinha consigo mesma para contar, mas gente precisa de gente para “viver ao invés de só aguentar”. Apesar de tanta falta, ninguém percebia seu sofrimento porque Maria era antes de tudo uma menina, agora uma mulher e, como todo mundo nasceu ouvindo, menina amadurece mais cedo, sabe se virar, não precisa de tanta manha, menina já traz em si o instinto para cuidar,

tem mais jeito para essas coisas. Sua identidade, assim como a de tantas, foi atrelada ao maternar de seus pares, à abnegação em colocar necessidades alheias acima das suas sob ameaça de ser julgada como egoísta. Agora, como mãe de seu próprio filho, filho que cuida também sozinha, a dor da falta lhe pesou ainda mais por não ter em quem buscar apoio para lidar com a maternidade. Ao mesmo tempo, ajuda é uma palavra que pouco lhe passou pelos lábios. Não sabia fazer esse movimento porque acreditava muito pouco nas pessoas, na possibilidade de uma vida menos dura. Não acreditava que poderia receber cuidado sem que isso lhe custasse algo. Maria, sobretudo, não sabia esperar. Porém, mesmo envolta em solidão e desamparo, os sonhos timidamente permaneciam resistindo, indicando vestígios de uma esperança-semente que empurrava o peso da vida para finalmente brotar. Por isso, nosso encontro se deu. Ela buscou ajuda pelo gesto, ainda que não tenha conseguido pelas palavras. Maria segue em busca de dar contorno aos afetos perdidos, cindidos, segue em busca de si mesma e se experimentando no gesto espontâneo, no brincar antes interdito por responsabilidades adultas. Maria ainda carrega em si a marca do cuidado, porém seu desejo de ser professora nos indica algo acontecendo: ela seguirá ensinando, cuidando, mas agora em troca de um salário que lhe permitirá cuidar um pouco de si também. Maria segue. E isso já é muito.

Costuras teóricas: da ausência à imposição do cuidado

Assim como Maria, uma mulher de mentira que existe de verdade, há muitos humaninhos que parecem ter atravessado a pequenez do corpo sem nunca terem sido crianças. Vivem como se fossem protótipos de adultos que amadureceram cedo demais pelas forças do ambiente para lidar com as demandas daqueles que idealmente deveriam lhe oferecer cuidado e acolhimento. Nesse sentido, buscamos investigar alguns dos possíveis desdobramentos psíquicos da parentalização infantil – compreendida como uma inversão geracional na qual as crianças assumem funções de cuidado perante seus adultos de referência (MELLO; FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2015a) – e suas possíveis articulações com a ideia de “*dispositivo materno*” elaborada

por Zanello (2018) para pensar o processo de naturalização das funções do cuidado às mulheres brancas cisgênero desde a infância, o que ocorre sob diversas práticas: desde brincadeiras direcionadas a meninas, bem como a partir do processo de subjetivação que se dá através da relação entre a criança e seu ambiente.

Tendo em vista que a parentalização infantil está intimamente ligada a uma ausência de cuidado desde os momentos iniciais do bebê, ocasionando um tipo de sofrimento primário e mais profundo, pretendemos inicialmente compreender o processo de constituição psíquica a partir de alguns autores que trazem a dimensão da alteridade como fundamental para a constituição de um Eu. Segundo Freud (1914/2010), nos primórdios da existência, não há ainda uma unidade de Eu. Este precisará ser desenvolvido. Dessa forma, no começo, o bebê encontra-se na fase do autoerotismo em que as pulsões circulam livremente sem haver ainda uma unificação, uma vez que os instintos parciais buscarão a satisfação sem que haja conexão entre eles. É a partir da relação com os adultos cuidadores que o pulsional vai aos poucos adquirindo um direcionamento primeiramente a si e, mais tarde, na forma objetal (FREUD, 1905/2016).

Nessa perspectiva, em um primeiro momento, a criança atravessa a fase do *narcisismo primário*, na qual ocorre um investimento libidinal em si próprio, permeado de um sentimento de onipotência e que, mais tarde, vai sendo direcionado aos objetos. Esse processo ocorre na medida em que os adultos cuidadores idealmente investiriam a reprodução de seu próprio narcisismo abandonado na criança, atribuindo a ela características de perfeição, até que gradualmente orientam a criança conforme as normas da sociedade na qual se encontram. Todo esse processo será de fundamental importância para a formação do *amor-próprio* (FREUD, 1914/2010), que está relacionado a considerar seus desejos e necessidades individuais, algo que parece ser sufocado na dinâmica da parentalização.

A existência de uma figura parental cuidadora, a qual Freud (1926/2014) denomina “mãe” - evidenciando o quanto o lugar de cuidado é historicamente atribuído a mulheres, é fundamental para a constituição de um Eu, tendo em vista o desamparo característico do bebê na fase inicial da infância. Nesse

momento, a criança ainda não possui condições psíquicas para lidar com uma grande quantidade de excitação que chega do externo para dentro de si, sendo necessária a mediação desse adulto cuidador que fará a ponte entre a excitação que vem de fora e o aparato psíquico do bebê. Portanto, podemos afirmar que a criança precisa de um outro para sobreviver e a ausência da figura materna nessa ocasião denota uma situação traumática de desamparo (FREUD, 1926/2014).

Desse modo, Freud sinaliza o importante papel que os investimentos dos adultos de referência ocupam no desenvolvimento da criança, mas é a partir de Laplanche que essa relação se torna ainda mais evidente. Laplanche (2014) enfatiza a função da alteridade na constituição de um Eu, descentralizando esse processo do próprio ser. O autor trabalha o conceito de “*situação antropológica fundamental*”, a qual ocorre através da relação assimétrica adulto-criança em que o adulto, a partir do cuidado que despense à criança, transmite “mensagens enigmáticas” que precisarão ser traduzidas pela criança. Essas mensagens são consideradas enigmáticas por estarem comprometidas por elementos do inconsciente do adulto, as quais a criança registrará e tentará traduzi-las (LAPLANCHE, 2014). Diante disso, é possível dizer que as crianças são capazes de perceber alguns sinais consciente ou inconscientemente transmitidos pelos adultos cuidadores, como a aversão ou apatia sentidas por estes.

Esse processo de captação dos sinais de seus adultos cuidadores repercute de diferentes maneiras no psiquismo infantil. Dentre elas, elencamos a *vivência de indiferença* para pensarmos o trauma gerado em decorrência do desamparo no momento de estruturação do psíquico. Assim, quando o adulto cuidador não dispõe de recursos para oferecer amor à criança e estabelecer uma ligação de investimento afetivo com ela, a indiferença dá o tom à experiência inaugural do bebê no mundo. Nesse contexto, a indiferença é então experienciada pela criança como uma violência imposta a ela, visto que a diferença que sua existência traz à vida não é reconhecida. Perante a essa falta, não há como contar com o outro-adulto para perceber, traduzir e atender às demandas infantis, provocando, assim, a situação de desamparo primordial marcada pelo excesso de intensidades que o acontecimento traumático provoca (MORAES; MACEDO; FIGUEIREDO, 2011).

Essa intensidade desencadeada pelo acontecimento traumático, vivenciada a partir da indiferença no momento crítico em que a criança adentra ao mundo, gera uma fratura no psiquismo, já que é muito forte para ser suportada pelo bebê, roubando do sujeito a possibilidade de representação e de historicização da sua experiência, que permitiria a elaboração da vivência (MORAES; MACEDO; FIGUEIREDO, 2011). Desse modo, essa fratura provoca o escoamento de fragmentos da história do sujeito que não puderam ser compreendidos na fase inicial da infância. Assim, não se trata de experiências que foram recalçadas, na verdade, encontram-se incompletas e, portanto, não podem ser reproduzidas como lembranças, mas como ato no qual o sujeito reencena o drama de sua tragédia primordial, transpondo para o presente a carga emocional experimentada no contexto anterior (SCHOR, 2017).

Somado a isso, outro elemento importante da *vivência de indiferença* é a experiência do *desmentido*, em que um outro, ao negar a veracidade da violência vivenciada pela criança, produz o fator traumático. No mesmo raciocínio, quando o adulto, de certa forma, nega a existência da criança ao lhe manifestar indiferença, ocasiona uma intensidade traumática ao não perceber ou admitir a diferença que a existência da criança provoca. Essa circunstância “descreve um processo de desencontro primordial que resulta no predomínio de um desconhecimento a respeito do si mesmo”, restando à criança “reproduzir não o que faltou, mas sim a intensidade desconcertante do que lhe foi ofertado. Ao não ser percebida na diferença de sua existência, ela fica prisioneira de um registro mudo, mas com força de matriz”, gerando a repetição pelo ato como consequência da fratura em sua constituição psíquica. Tal repetição pode prejudicar o estabelecimento de novos vínculos, uma vez que o sujeito percebe a proximidade com o outro como um risco de reviver o desamparo (MORAES; MACEDO; FIGUEIREDO, 2011, p. 44).

Por essa razão, é de fundamental importância reforçarmos o papel central da alteridade na constituição psíquica, o que implica considerar que o psiquismo é formado através de um outro, assim como pelo atravessamento dos aspectos socioculturais que permeiam esse adulto cuidador (LAPLANCHE, 2014). Dessa forma, um dos pontos aos quais a inversão geracional está relacionada é a existência de adultos emocionalmente instáveis e frágeis que

demandam cuidado, mas não conseguem oferecê-lo à criança. Com isso, convocam a criança a uma postura parental a partir da qual ela própria exercerá algumas funções de cuidado, tais como a de confidente ou pacificadora. Conseqüentemente, como forma de defesa, a criança passa a assumir a responsabilidade por garantir um ambiente de bem-estar na tentativa de suprir as lacunas do seu entorno, além de não perceber a ausência de amparo que lhe acomete e que repercute de diversas formas em seu psiquismo (MELLO; FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2015a).

Diante desse cenário, um dos principais desdobramentos da parentalização infantil é o amadurecimento precoce, que traz consigo diversos prejuízos. Nesse aspecto, Mello, Féres-Carneiro e Magalhães (2015b) abordam a progressão do intelecto como uma das defesas diante dessa situação. Assim, percebe-se uma grande desenvoltura e independência em algumas crianças que são compreendidas como bem comportadas por conseguirem conter-se e que, mais tarde, em razão da progressão intelectual, podem até mesmo vir a ter um ótimo desempenho acadêmico. No entanto, tal maturação demanda um alto custo emocional, uma vez que essa postura implica em sacrificar o que as autoras chamam de “brincar espontâneo” pela imposição de não serem mais crianças, desencadeando a autorresponsabilização por suprir as lacunas do seu ambiente (MELLO; FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2015b).

Nesse sentido, a ausência do cuidado desde os primeiros momentos da infância, ainda que inicialmente não percebida criança, provoca uma “*progressão traumática*” significativa. Com isso, pretendemos pensar através das metáforas do “bebê sábio” para Ferenczi e do “falso self” para Winnicott algumas reverberações de tal situação na constituição do psiquismo e suas repercussões posteriores. Ferenczi discorre acerca do vivido traumático ocasionado pela ausência de uma figura parental confiável que promova acolhimento e cuidado, podendo desencadear uma “sabedoria intelectual” que coexiste à dimensão de “estado emocional embrionário”, cindindo o que se sente do que se sabe (MELLO; FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2015b). Essa cisão trata-se do processo de clivagem, que surge como forma de suportar uma dor terrível relacionada a sofrimentos primários e mais profundos. Diante disso, o ego se fragmenta em uma parte que sabe dos acontecimentos dolorosos, porém, sem

haver uma conexão direta com outra(s) parte(s) que contém a afetividade que a experiência provocou, no intuito de sobreviver ao que não poderia ser suportado (MELLO, 2021).

À vista disso, refletiremos a seguir sobre as experiências das crianças as quais Ferenczi (1929/1992) se refere como “*mal acolhidas*”. O autor nos aponta que é necessário haver condições favoráveis de acolhimento para que o ser que adentra ao mundo possa se desenvolver com a presença de uma “*força vital*”. Caso o que o bebê encontre seja hostilidade, desamparo ou qualquer circunstância que lhe comunique ser ele um “*hóspede não bem-vindo*”, nota-se um forte abalo em sua vontade de viver, o que diante de qualquer acontecimento posterior pode ressurgir através da vontade de morrer (FERENCZI, 1929/1992).

Tal situação pode desencadear algumas sensações, como um certo pessimismo ou sentimento de desconfiança (FERENCZI, 1929/1992), tendo em vista que se torna mais difícil crer em um mundo acolhedor, no qual é possível encantar-se com a vida. À exemplo disso, encontramos ressonância na literatura de Valter Hugo Mãe (2019), quando o autor escreve: “*Meu avô pedia que não me desiludisse. Quem se desilude morre por dentro. Dizia: É urgente viver encantado*”. Esses estados mortificados de existir são uma das formas pelas quais a clivagem se mostra, indicando que houve na história do ser alguma experiência traumática precoce. Assim, a clivagem surge como uma maneira encontrada pela pessoa de sobreviver a uma dor insuportável, dividindo-se em duas ou mais partes, em que alguns elementos da experiência são fragmentados de modo a evitar a exposição ao conteúdo terrível (MELLO, 2021). Nesse sentido, Ferenczi (1933/1992) pontua que esses fragmentos de si podem, inclusive, se comportar como personalidades diferentes sem que haja indícios nítidos de relação entre elas.

Um outro ponto importante a ser considerado é que a situação de desamparo insuportável para o bebê, vivenciada como um trauma profundo, pode desencadear uma reação de identificação com o adulto que provoca a circunstância traumática. Logo, a criança poderá identificar as sensações experimentadas pelo outro-adulto, introjetando também o seu sentimento de culpa, de maneira que irá se responsabilizar pela catástrofe vivida ao invés de

direcionar a responsabilidade a este adulto (FERENCZI, 1933/1992). Por isso, é comum que a criança tenha dificuldades em perceber as falhas do ambiente e permaneça tentando sustentar a tarefa de garantir o bem-estar do seu entorno (MELLO; FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2015b). Tal circunstância está em consonância com o que Ferenczi (1933/1992) se refere como “*terrorismo do sofrimento*” em que:

as crianças são obrigadas a resolver toda espécie de conflitos familiares, e carregam sobre seus frágeis ombros o fardo de todos os membros da família. Não o fazem, afinal de contas, por desinteresse puro, mas para poder desfrutar de novo a paz desaparecida e a ternura que daí decorre (FERENCZI, 1933/1992, p. 105).

Isso é possível porque diante de um choque traumático, uma extrema aflição, podem surgir faculdades novas e prematuras oriundas de uma disposição latente que seria desenvolvida mais adiante, conforme sua maturação. Portanto, a criança pode manifestar comportamentos característicos de uma pessoa adulta, até mesmo apresentando habilidades consideradas de pessoas adultas para o cuidado. Ferenczi (1933/1992, p. 104) denomina essa situação de “*progressão traumática*” e descreve os efeitos do amadurecimento precoce comparando-os com “(...) frutos que ficam maduros e saborosos depressa demais, quando o bico de um pássaro os fere, e na maturidade apressada de um fruto bichado”.

A partir da ideia de “falso self”, Winnicott também traz contribuições importantes para pensarmos o trauma diante de tais circunstâncias. Para o autor, o conceito de “falso self” trata-se de uma adaptação primitiva diante das falhas do ambiente em que o ser se submete ao contexto no qual está inserido, performando uma adaptação ao meio na desesperada tentativa de transformar o seu entorno em uma condição mais favorável para sua subsistência. Dessa forma, surge então o amadurecimento intelectual como forma de ocultar a privação dos cuidados que vivenciou, substituindo-os até e, ao mesmo tempo, preservando a imagem de seus adultos de referência (MELLO; FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2015b) Essa performance é tão marcante que pode se confundir com a própria ideia de identidade do sujeito.

Winnicott reforça a importância de haver um ambiente que possibilite o desenvolvimento da criança e que deve se adaptar suficientemente às suas

necessidades. Quando isso não acontece, a criança pode desenvolver como defesa um “*false self*” como forma de se adaptar ao seu entorno, assumindo para si a função que seria ambiental (WINNICOTT, 1896-1971/2005). Nessa concepção, podemos pensar nas atitudes de algumas crianças citadas por Winnicott como “particularmente adoráveis e acima da média” (WINNICOTT, 1948/2000, p. 157) que demonstram uma vivacidade contagiante, mas que também apresentam um comportamento interpretado como desafiador ou fortemente depressivo. Aqui, o autor nos aponta para a possibilidade de ser esse um comportamento de reposta a um adulto cuidador adoecido ao qual a criança se identificou e agora tenta demonstrar gestos de reparação (WINNICOTT, 1948/2000).

Um dos desdobramentos possíveis dessa situação de desamparo experimentada pela criança e pela autorresponsabilização com o seu entorno é o processo de parentalização infantil citado acima, em que a relação parental se inverte, e as crianças assumem a função de cuidado na família. No entanto, é fundamental atentarmos às lógicas sociais que nos atravessam, considerando que elas serão transmitidas à criança de diversas formas a partir da interação adulto-criança. Tal interação é permeada pela reprodução de comportamentos e crenças vinculadas aos marcadores sociais, apontando a relação próxima entre a parentalização infantil e o conceito de *dispositivo materno*. Nesse sentido, Valeska Zanello (2018) nos ajuda a refletir sobre o processo pelo qual a função de cuidar de outros foi atribuída a mulheres brancas e cisgênero² desde o século XVIII. Isso se deve principalmente à reformulação na concepção de infância, que impactou, por consequência, no que se atribui como função materna. A partir do século XVII-XVIII, a criança começou a ser compreendida como alguém que atravessa uma fase específica com necessidades especiais, não mais como um mini adulto e que, portanto, demanda uma dedicação maior de cuidado. Com isso, é reforçada a ideia de que cuidar é um “dom natural” de mulheres na medida em que podem gerar uma vida, conferindo uma dimensão afetiva e espontânea a um ideal incutido no processo de subjetivação (ZANELLO, 2018).

² A função de cuidar já era antes disso atribuída a outros grupos subalternizados, como pessoas escravizadas, negras e pobres, segundo a autora.

No que se refere à construção da lógica do cuidado como algo inerente à mulher e ligado à maternidade, tais ideias surgem, como mencionado, a partir do século XVIII junto ao ideal de maternidade. Antes disso, cuidar era uma tarefa delegada a grupos subalternizados, como pessoas escravizadas e pobres, sobretudo mulheres negras, o que impactará na negação do aspecto do trabalho envolvido no cuidar (ZANELLO, 2018). Conseqüentemente, a forma com que mulheres de diferentes classes sociais e raça experienciam o trabalho de cuidar ocorre de maneiras distintas. Historicamente, enquanto as mulheres brancas sofriam opressões por terem sua humanidade reduzida ao gênero, segundo Angela Davis (2016), mulheres negras escravizadas sequer eram consideradas providas de gênero ou mesmo tinham suas humanidades reconhecidas. Algumas delas, eram responsáveis por todo o trabalho doméstico, incluindo cuidar dos filhos de seus algozes. Davis (2016) retrata o estereótipo da “*mammy*”, mulheres negras escravizadas que eram designadas para a função de cuidar de filhos alheios (DAVIS, 2016), exploração que encontra certa manutenção no ofício de babá. Nesse sentido, ainda hoje, são as mulheres negras que frequentemente encontramos trabalhando nas funções de babás, habitualmente recebendo baixos salários e trabalhando sob condições precárias, o que muitas vezes as impede de cuidar de seus próprios filhos.

De acordo com as diferentes intersecções pelas quais cada grupo de mulheres é atravessado, a imposição do cuidado se manifesta de maneiras diversas, mas há algo que é compartilhado. Nessa perspectiva, Zanello (2018) sinaliza que essas tecnologias de gênero³ - que atribuem a função do cuidado como parte de nossa natureza feminina, são engendradas desde os momentos iniciais da infância. Como exemplo, Zanello (2018) menciona a diferença entre as brincadeiras direcionadas pelos adultos às crianças: aos meninos, em geral, são oferecidos brinquedos diversos, como bolas, carrinhos ou mesmo animais antropomórficos, embora não haja estímulo do senso de cuidado pela criatura de brinquedo. Ao contrário, as meninas são direcionadas para brincadeiras

³ Segundo Zanello (2018), tecnologias de gênero se constituem como uma pedagogia dos afetos, na qual há uma representação e autorrepresentação a partir de tecnologias sociais, como as mídias: filmes, propagandas, revistas e desenhos, que transmitem mensagens do que é ser mulher ou homem, provocando um assujeitamento que regula as identidades de gênero.

voltadas ao cuidado, tanto da casa, como também de bebês através de bonecas, interpelando-as desde então para desenvolverem a disponibilidade ao outro, empatia e reponsabilidade. Tudo isso somado ao estímulo para que as meninas priorizem as necessidades alheias acima das suas próprias, cujo risco de se negar a cumprir esse papel pode ser a perda de seus afetos ou mesmo da aprovação social. À essa lógica, a autora denomina “*dispositivo materno*”, que opera mesmo na ausência de filhos, quando na vida adulta, assim como nas relações românticas e familiares de maneira geral (ZANELLO, 2018).

Isso se deve em razão do gênero ser atualmente um fator estruturante em nossa sociedade binarista em que ser pessoa significa se tornar mulher ou homem. Com isso, existe uma série de expectativas normativas esperadas de cada gênero, as quais a criança desde cedo deve corresponder (ZANELLO, 2018). Esse processo fica evidente nos conhecidos “chás-revelação” bastante atuais em que os pais descobrem o “sexo” do bebê e iniciam uma espécie de preparação para receber um menino ou menina. Como consequência, Zanello (2018) enfatiza o processo de subjetivação de mulheres desde crianças no qual ocorre a naturalização da capacidade de cuidar. A autora assinala que:

O processo de interpelação da performance do cuidar ocorre desde o dia em que nascemos, por meio dos brinquedos que recebemos (...) é às meninas que preferencialmente se dá uma boneca. A performance que se interpela é a relação, o desenvolvimento da empatia, da responsabilidade e da disponibilidade para o outro (ZANELLO, 2018, p. 150).

Como forma de justificar tal opressão, se incutiu na sociedade a ideia do amor materno, supostamente espontâneo, que faria com que mulheres cuidassem de outros de bom grado, já que isso trazia satisfação (ZANELLO, 2018). Tal situação torna as meninas mais vulneráveis ao processo de parentalização infantil sob a cruel justificativa de ser essa uma “vocalização natural” em decorrência do gênero, difundindo-se a crença de que elas se realizariam ao poder cuidar de outros em nome do amor. Contudo, quando a experiência de cuidar não é vivenciada da maneira com que foi fortemente idealizada, pode tornar-se um fator de culpa. Esse movimento provoca uma constante demanda de terceiros e por nós mesmas a nos comportarmos a partir do *dispositivo materno*, invisibilizando a dimensão do trabalho que implica cuidar de alguém, algo que despende energia física e psíquica. Para isso, a autora nos convida a

“dessentimentalizar” o cuidado (ZANELLO, 2018), o que nos permite pôr em evidência os custos do cuidar, sobretudo quando estes são requisitados prematuramente, assim como os facilitadores culturais para que meninas tendam a sofrer com mais frequência situações de parentalização infantil. Isso nos aponta para o atravessamento de questões de gênero ao processo de parentalização, tendo em vista a atribuição do cuidado à figura da mulher e a exigência do amadurecimento prematuro às meninas.

Considerações finais

Sobreviver ao mundo não é tarefa fácil. Quando nascemos, todos nós atravessamos a fragilidade do corpo, a falta de recursos psíquicos para elaborar a experiência complexa da vida e a mais completa dependência de um outro, que, com sorte, será capaz de perceber o bebê, captar suas necessidades e atendê-las sob um vínculo de amor. Por outro lado, apresentar a vida a um ser e mediar sua experiência inaugural também é tarefa bastante difícil e que exige mais do que alguns adultos conseguem oferecer. Alguns, ainda se encontram tão enredados em suas próprias tramas de angústias e faltas que invertem a lógica geracional e terminam por se ancorar naquelas que idealmente deveriam receber o cuidado e acolhimento: as crianças. Dessa forma, acompanhamos na vida e nos atendimentos muitas pessoas que carregam consigo as marcas de uma infância roubada, durante a qual precisaram exercer funções de cuidado perante aos seus pais, acolhendo, ouvindo e mediando conflitos. Muitas, foram “crianças adoráveis”, inteligentes e responsáveis, motivos de orgulho de seus adultos de referência, crianças que quase “não deram trabalho”, mas que agora, já adultas, se veem envoltas pelas repercussões do “drama invisível” gerado pela ausência de amparo a qual foram submetidas. Sendo essa uma circunstância clínica tão comumente encontrada, torna-se cada vez mais necessário aprofundarmos as investigações sobre a parentalização na infância e seus possíveis desdobramentos, analisando os custos da falta de cuidado na fase inicial da vida, do seu decorrente amadurecimento precoce e da exigência prematura de uma postura de cuidado.

Contudo, tendo em vista que a constituição psíquica é atravessada por elementos culturais que são transmitidos à criança desde cedo, é importante considerarmos que as infâncias não são unânimes, o que nos provoca a reflexão acerca dos facilitadores culturais que contribuem para o processo de parentalização infantil ocorrer com mais ou menos frequência com algumas crianças. Desse modo, constantemente encontramos relatos que remetem a uma situação de inversão geracional em narrativas de mulheres, seja na clínica ou mesmo na literatura, que representa a realidade através da arte. Por isso, podemos concluir que não há como pensar em saúde mental sem nos atentarmos aos marcadores sociais que definem desde cedo a constituição de si dos sujeitos e ao contexto no qual estão inseridos, assim como os respectivos sofrimentos causados por um modelo de vida opressor engendrado pela cultura.

Nesse sentido, Zanello (2018) nos aponta para o gênero como elemento constituinte das identidades em uma sociedade sexista como a nossa, em que ser pessoa significa ser mulher ou ser homem. Essa redução binária da existência humana delimita comportamentos e afetos a partir de um *script* que deverá ser performado por cada pessoa conforme a atribuição de gênero que lhe direcionam (ZANELLO, 2018). Com isso, podemos considerar que a ideia da pré-disposição ao cuidado de outros associada às mulheres, o que pressupõe um amadurecimento mais acelerado para que possam dar conta desse trabalho, contribui para que a parentalização de meninas seja mais comum. Soma-se a isso a intersecção racial e econômica que expõe mulheres pobres e negras ao lugar do cuidado, já que são elas que assumem essa função quando outras mulheres com maior poder aquisitivo, em geral brancas devido ao privilégio da branquitude, terceirizam o cuidado dos filhos. Aqui, observamos inúmeras situações em que se enfatiza a beleza do amor que ofertam às crianças de outras famílias como justificativa para reduzir os salários e aumentar a carga horária de trabalho, o que dificulta que ofereçam cuidado aos seus próprios filhos.

Diante disso, nos deparamos com um cenário preocupante, no qual as meninas são interpeladas a uma postura de cuidado e a um amadurecimento precoce, gerando uma série de consequências terríveis, levando-as, muitas vezes, a um estado mortificado tal qual apontado por Ferenczi (1929/1992). Ao mesmo tempo, quando uma mulher se torna mãe, muitas vezes, se percebe

sozinha diante da responsabilidade pelo cuidado das crianças, enfrentando inúmeros desafios e sofrimentos em função disso. Além do mais, tendo em vista a idealização da maternidade, que é inculcada, inclusive, como forma de salvação da mulher (ZANELLO, 2018), são poucos os espaços em que mulheres mães podem ter seus sentimentos reais, angústias e contradições reconhecidas, o que provoca ainda mais sofrimento de acordo com a concepção de *desmentido* de Ferenczi (1933/1992) ao discorrer sobre o trauma gerado em decorrência do não reconhecimento de uma violência.

Logo, se faz urgente refletirmos acerca da necessidade de uma rede de apoio às mulheres mães e sua importância para a saúde delas e dos bebês, uma vez que são elas que de forma geral assumem o cuidado pelas crianças, mesmo que estejam em um relacionamento - no caso de relações hétero-afetivas. Também é necessário problematizarmos a santificação da maternidade que não permite brechas para acolher a humanidade dessas mulheres, de modo que possam contar de suas experiências em um espaço seguro, sem o atravessamento do *desmentido*. Isso é fundamental para proporcionar circunstâncias que tornem possível oferecer o suporte necessário ao bebê, o que inclui também compartilhar essa responsabilidade com outros adultos. Assim, enfatizamos a importância de estudos e discussões contínuos sobre a relação parental e sua proximidade com aspectos de gênero, de maneira a evidenciar esse tipo de sofrimento tão comum, mas ainda pouco explorado no campo da Psicologia. Isso nos fortalecerá na busca por questionar e desnaturalizar lógicas adoecedoras que vem sendo sistematicamente reproduzidas, gerando graves consequências ainda pouco discutidas.

Referências

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERENCZI, Sandór. A criança mal acolhida e sua pulsão de morte. (A. Cabral, Trad.). *In*:_____. **Psicanálise IV**. São Paulo: Martins Fontes, pág. 47-52, 1992. (Original publicado em 1929).

FERENCZI, Sandór. Confusão de língua entre os adultos e a criança. (A. Cabral, Trad.). *In*:_____. **Psicanálise IV**. São Paulo: Martins Fontes, pág. 97-106, 1992. (Original publicado em 1933).

FERENCZI, Sandór. Análises de crianças com adultos. (A. Cabral, Trad.). In: _____. **Psicanálise IV**. São Paulo: Martins Fontes, pág. 69-83, 1992. (Original publicado em 1933).

FIGUEIREDO, Luís Claudio; MINERBO, Marion. Pesquisa em psicanálise: algumas idéias e um exemplo. **J. psicanal.** São Paulo, v. 39, n. 70, pág. 257-278, 2006. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352006000100017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 6 mai. 2023.

FREUD, Sigmund. **Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade** (P. C. Souza, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 2016. (Original publicado em 1905).

FREUD, Sigmund. **Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos** (P. C. Souza, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Original publicado em 1914).

FREUD, Sigmund. **Inibição, sintoma e angústia, o futuro de uma ilusão e outros textos** (P. C. Souza, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 2014. (Original publicado em 1926).

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, pág 7-41, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>>. Acesso em: 6 mai. 2023.

LAPLANCHE, Jean. **Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano 2000-2006**. Porto Alegre: Dublinense, 2014.

MÃE, Valter Hugo. **As mais belas coisas do mundo**. 1ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2019.

MELLO, Renata. **A problemática da clivagem: aspectos teóricos e clínicos**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2021.

MELLO, Renata; FÉRES-CARNEIRO; Terezinha; MAGALHÃES, Andrea S. Das demandas ao dom: as crianças pais de seus pais. **Revista Subjetividades**, n. 15(2), pág 214-221, 2015a. Disponível em: <[Das demandas ao dom: as crianças pais de seus pais \(bvsalud.org\)](#)> Acesso em 20 de jan. de 2023.

MELLO, Renata; FÉRES-CARNEIRO; Terezinha; MAGALHÃES, Andrea S. A maturação como defesa: uma reflexão psicanalítica à luz da obra de Ferenczi e Winnicott. **Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.**, n. 18(2), pág 268-279, 2015b. Disponível em: < [SciELO - Brasil - A maturação como defesa: uma reflexão psicanalítica à luz da obra de Ferenczi e Winnicott A maturação como defesa:](#)

uma reflexão psicanalítica à luz da obra de Ferenczi e Winnicott > Acesso em 10 de abr. de 2023.

MELLO, Renata; FÉRES-CARNEIRO; MACHADO, Rebeca N.; Terezinha; MAGALHÃES, Andrea S. Inversão geracional: repercussões da parentalização na vida adulta. **Psicologia USP**, n. 31, 2020. Disponível em: < SciELO - Brasil - Inversão geracional na família: repercussões da parentalização na vida adulta Inversão geracional na família: repercussões da parentalização na vida adulta > Acesso em 20 de jan. de 2023.

MILLER, Alice. **O drama da criança bem dotada: como os pais podem formar (e deformar) a vida emocional dos filhos.** São Paulo: Summus, 1997.

MORAES, Eurema G.; MACEDO, Mônica M. K.; FIGUEIREDO, Luís C. **Vivência de Indiferença: do trauma ao ato-dor.** Casa do psicólogo, 2011.

SCHOR, Daniel. **Heranças invisíveis do abandono afetivo: um estudo psicanalítico sobre as dimensões da experiência traumática.** São Paulo: Bluncher, 2017.

WINNICOTT, Donald. **A família e o desenvolvimento individual.** 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Textos originais publicados de 1896-1971).

WINNICOTT, Donald. **Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas.** Rio de Janeiro: Imago Editora, 2000. (Textos originais publicados de 1896-1971).

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação.** 1 ed. Curitiba: Appris, 2018.